



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA
Relatório de Entregas – 2025

Seguem as entregas realizadas em 2025 no âmbito do Comitê de Governança e Estratégia do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região:

1. Cadeia de Valor e Processos Críticos

- Aprovação da nova versão da Cadeia de Valor do TRT/MG, que incluiu dois novos macroprocessos: "gerir segurança institucional" e "promover estratégias de prevenção de conflito e solução consensual de conflito".
- Aprovação da proposta de inserir o processo "Realizar Gestão Predial" no rol de processos críticos do Tribunal, o que resultou na alteração da Resolução GP n. 355/2024.
- Definição do escopo da gestão de riscos ao priorizar cinco processos críticos para mapeamento em 2025: "Distribuição de 1ª Instância"; "Distribuição de 2ª Instância"; "Realizar Cálculo de Processos de Precatório e RPV"; "Gerir e Executar a Segurança Preventiva e o Policiamento das Audiências, Dissídios, Sessões e Eventos"; e "Liquidar Documentos Fiscais".

2. Estratégia e Avaliação de Resultados

- Avaliação dos resultados das Metas Nacionais e indicadores institucionais.
- Acompanhamento do desempenho em indicadores de conformidade, como o IGovTIC-JUD, que atingiu o nível de excelência em 2025, e o Índice de Atendimento às Deliberações de Auditoria (IADA).
- Monitoramento das iniciativas estratégicas, destacando-se as entregas concluídas na Gestão 2024 - 2025.

3. Gestão de Riscos

- Supervisão da implantação da gestão de riscos ao analisar os resultados de processos trabalhados em 2024 e 2025, focando em riscos classificados como "altos" ou "muito altos" para garantir a continuidade do negócio.
- Definição de que seriam considerados críticos para fins de monitoramento os processos cuja gestão de riscos é determinada por regulamentação própria ou por órgãos de controle.

4. Metas e Indicadores

- Análise e aprovação da proposta de indicadores estratégicos para o ano de 2025, com a exclusão de indicadores maduros (como IPI) e a inclusão de novos índices.
- Debate sobre a necessidade de revisar metas, como a do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS).

5. Orientações e Recomendações

- Deliberação pelo levantamento e convocação de magistrados e servidores para cursos exigidos pelos indicadores estratégicos e pelo Prêmio CNJ de Qualidade.
- Determinação de expedição de ofícios para informar o não alcance de metas específicas (como a do IEPEVAD) e reforçar convites para ações de saúde (exames periódicos).